

OLHARES SOBRE O GOVERNO CONSTITUCIONAL

O REFERENCIAL

Suplemento



50 ANOS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS EM DEMOCRACIA



SUMÁRIO

3

Apresentação, Aniceto Afonso

7

A insustentável previsibilidade do futuro, Luís Noronha Nascimento

33

A tempo e horas – Portugal e o sentido do futuro, Victor Nabais

46

Vêm aí os Russos, vêm aí os Russos, José Costa Neves

66

Uma revolução pacífica não tem de originar uma democracia silenciosa
(*apenas referências bibliográficas*)

APRESENTAÇÃO



DR

Publicamos, neste Suplemento on-line d'*O Referencial* 162, três textos de autores consagrados e já colaboradores da nossa revista. Nem sempre é possível reduzir a poucas páginas o que é necessário transmitir. Quando o editor exige que os textos tenham um máximo de caracteres está normalmente a cercear uma mais longa explicação de assuntos complexos que não se adequam a essa limitação. Foi atendendo a essa realidade que a A25A resolveu fazer acompanhar algumas das edições da sua revista por um Suplemento on-line, capaz de incluir textos de maior dimensão.

Foi isso que aconteceu com os textos dos três colaboradores que preenchem este Suplemento.

As três colaborações incluem-se no tema “Um Mundo Novo”, pois eles desenham e situam-nos perante situações atuais complexas de um mundo difícil de prever.

Em primeiro lugar, o nosso colaborador Luís Noronha Nascimento, antigo Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, corrobora essa difícil previsão com um título hábil e certo: “A Insustentável Previsibilidade do Futuro”, avisando-nos de que “as recentes guerras da Ucrânia e do Irão trouxeram-nos a forte sensação de que o tempo hegemónico do Ocidente está chegando ao fim”. Na sequência do texto, fala-nos dos Estados Unidos, da Rússia, da União Europeia e da China, e termina por nos propor que “bem se pode dizer (por tudo isto) que – só agora – está a terminar o Século XX.”

Em segundo lugar, publicamos um texto do nosso colaborador Victor Nabais, engenheiro e editor, incluído também no tema “Um Mundo Novo”. Não deixa de nos presentear com um título igualmente sugestivo: *A Tempo e Horas – Portugal e o sentido do Futuro*.

Trata-se de uma reflexão sobre Portugal, a sua história recente e a respetiva integração na Comunidade Europeia, salientando as vantagens, os perigos e os caminhos que propõe. Os temas começam com a “Transição democrática” e seguem com a “Integração europeia”, “Educação e Cultura” e “Economia e Sociedade”.

O terceiro texto é de autoria do nosso camarada José Costa Neves, que tem sido habitual nas nossas páginas. Ele aborda um tema de muita atualidade,

realçando o quadro da guerra na Europa. Encabeçado por um título também sugestivo: “Vêm aí os Russos, vêm aí os Russos!”, em lembrança do filme do mesmo nome de Norman Jewisson, de 1966, o autor, a propósito da atual situação na Europa, relembra-nos um quadro das relações da Rússia com a restante Europa e vice-versa, para concluir que “é chegado o momento de a Europa se convencer de uma vez por todas que, no mundo multipolar actualmente em franco progresso, o belicismo, a *russofobia*, a *sinofobia*, a *iranofobia* e quaisquer outras fobias do mesmo tipo, deixaram de fazer qualquer sentido para os que defendem um futuro mais justo, pacífico e harmonioso para a sociedade humana em geral.”

Por fim, publicamos, conforme prometido, as referências bibliográficas do texto *Uma revolução pacífica não tem de originar uma democracia silenciosa*, de Pedro Moreno da Fonseca. Dividido em duas partes, o artigo foi publicado nos números 160-161 e 162 de *O Referencial*, nas edições em papel. O original incluía uma extensa lista de referências bibliográficas, que omitimos por limitações de espaço. Reconhecendo, porém, o interesse que estas referências poderão ter para os leitores — sobretudo para os que desejem aprofundar o tema —, optámos por incluí-las neste Suplemento online. Aos leitores e ao autor, pedimos a melhor compreensão.

A todos os colaboradores deste Suplemento deixamos uma mensagem de gratidão e reconhecimento, com a certeza de sempre os recebermos de braços abertos.

ANICETO AFONSO

Director d’ *O Referencial*

UM MUNDO NOVO

A INSUSTENTÁVEL PREVISIBILIDADE DO FUTURO

As recentes guerras da Ucrânia e do Irão trouxeram-nos a forte sensação de que o tempo hegemónico do Ocidente está chegando ao fim. O mundo torna-se “asiático”, centrado em países asiáticos, e o incómodo que isto provoca em quem dominou e colonizou povos extraeuropeus é demasiado visível



O centro de gravidade do mundo desloca-se: antigas hegemónias, novas rotas e a ascensão da Ásia
(Imagem criada por IA)

LUÍS NORONHA NASCIMENTO*

O DOMÍNIO POLÍTICO de um país e/ou de uma civilização centra-se, em regra, sobre vários fatores estruturais interligados entre si: riqueza económica que alimenta o poderio militar; crescimento demográfico associado ao aumento do conhecimento científico sustentando a riqueza económica; coesão social que reduz, de modo pacífico, o feixe das opções ideológicas que convivem na sociedade civil.

Ou seja, o domínio político pressupõe demografia positiva, economia rica e tecnologia avançada; quando começa a decadência de quem (antes) foi hegemónico, diminui em regra a população, a riqueza e a coesão do corpo social e – para tentar contrabalançar esse destino – surge, com frequência, o hábito de usar a força porque se pensa que a força será, sempre, um remédio eficaz.

O mundo de hoje – criado pelas navegações transatlânticas dos europeus – começa no séc. XVII com a lenta gestação de mercados transmarítimos e transcontinentais ligando, a prazo, regiões ricas em matérias-primas a regiões onde elas eram transformadas e a regiões onde elas eram consumidas porque, nestas, o poder de compra era mais elevado.

Como assim, os europeus criaram mercados complementares e cada vez maiores cujo lucro era proporcional ao seu tamanho; Holanda, Inglaterra e EUA (Estados-Unidos da América) foram, sucessivamente, os três países que criaram os mercados avançados do mundo contemporâneo e sobre os quais assentaram a cúpula política da estrutura do estado moderno.

A hegemonia desses países dominantes (a Holanda nunca foi dominante por razões específicas; mas Inglaterra e EUA criaram dois impérios marítimos que controlaram o mundo desde fins de setecentos para cá) foi-se apagando à medida que as suas economias deixaram de ser mercantis e se tornaram financeiras. Ou seja, usando uma expressão de Braudel (o génio francês da “Escola dos Anais”) desde que as suas economias, substituindo o comércio de mercadorias pelo comércio de moedas, deram o “sinal do outono”, isto é, iniciaram a sua decadência.

A Holanda entrou na economia financeira em 1740/50, a Inglaterra nos fins do séc. XIX, e os EUA nas décadas de 70/80 do séc. XX.

Com isso, a economia desindustrializa-se, o jogo financeiro torna os ricos mais ricos, a classe média pauperiza na sua maioria e a coesão social esboroa-se porque a antinomia entre ricos e pobres agrava-se com a pauperização da classe média, até se tornar difícil ou num confronto larvar ou aberto.

É caso para perguntar: mas, afinal, o que pretendem – **hoje** – os grandes do mundo?



DR

Estados Unidos da América

Começemos pelos Estados-Unidos da América (EUA): o que pretendem eles?

Os EUA chegaram rapidamente ao topo da riqueza e do domínio do mundo, ao contrário do que normalmente acontecia: independentes em 1776 após a guerra com a Inglaterra (à época, o país mais poderoso), os EUA tornaram-se em cerca de cem anos no país mais rico do mundo, o que lhe garantiu o domínio militar no séc. XX; o italiano G. Arrighi situa por volta de 1870 o início da hegemonia económica norte-americana.

A situação geográfica dos EUA facilitou esse enorme crescimento: a sua economia foi “copiada” da dos países mais avançados da época (Holanda e

Inglaterra) já que durante imenso tempo foram uma colónia inglesa; os países latino-americanos foram transformados em seus protetorados potenciando o lucro das empresas norte-americanas com a legitimidade conferida, não pela versão inicial da doutrina Monroe mas pela sua posterior versão imperialista; a imigração europeia (viesse ela da perseguição religiosa, política ou da pobreza) foi o sustentáculo de uma constante inovação que garantia o crescimento económico; e o território dos EUA era, verdadeiramente, uma “ilha” enorme protegida pelos dois maiores oceanos (Atlântico, a leste; Pacífico, a oeste) que dificultavam ataques militares de países-terceiros poderosos que, muito dificilmente, aí chegariam.

Tanto assim que, ainda hoje, os EUA sofreram apenas um ataque grave no seu interior e a guerra mais mortífera que tiveram foi a Guerra da Secessão (uma guerra civil com cerca de 620.000 vítimas), ou seja, uma guerra interna entre “familiares”.

O ataque grave sofrido no seu interior ocorreu na Guerra Anglo-Americana (1812/14), cerca de 40 anos depois da sua independência, quando os norte-americanos (pela primeira vez) tentaram conquistar o Canadá, então uma colónia inglesa.

A Europa vivia o pleno das guerras napoleónicas, e os EUA aproveitaram-se disso (e dos bloqueios comerciais marítimos decretados pelos ingleses) para absorver o Canadá até porque a Inglaterra tinha mais que fazer, ocupada como estava nas guerras europeias; simplesmente, Napoleão acabara de ser esmagado na Rússia, fora esmagado a seguir na Batalha das Nações (em Leipzig), abdicara pela primeira vez sendo desterrado para a ilha de Elba, os

ingleses ficaram mais folgados, um exército seu invadiu os EUA derrotando o exército norte-americano em Bladensburg, entraram em Washington, incendiaram a Casa Branca e o Capitólio e destruíram parte da cidade.

Essa guerra acabou, depois, rapidamente: os ingleses tinham dificuldades logísticas pela distância à Europa; os norte-americanos desistiram do Canadá e tudo voltou ao normal.

Este passado explica o crescimento económico contínuo norte-americano que nunca teve ruturas na sua continuidade porque os EUA nunca sofreram bombardeamentos devastadores no seu interior com destruições do seu parque industrial e mortes em série de gente em idade ativa (compare-se com o que aconteceu na Europa ao longo dos séc. XVIII, XIX e metade do XX).

Essa sensação de um país protegido pelos deuses empolou-se no fim do séc. XX com a extinção da União Soviética; e instalou-se, no Ocidente, a ideia – recorrente na história do Homem – de que os EUA (e, por extensão, nós, europeus) iriam controlar o mundo por tempo indefinido com tudo o que isso implicava na distribuição da riqueza de que continuaríamos, todos, a dispor.

De súbito, tudo mudou no calendário do tempo: com a recuperação e a viragem da Rússia, com o crescimento económico estrutural de toda a Ásia (e, em especial, da China) e com a perceção (quase certa) de que o Ocidente entrou numa era de perigosa estagnação.

Daí que, talvez, seja bom lembrar o passado.

Na Ásia, surgiram três das cinco primeiras civilizações da Humanidade (a Suméria, a Hindu e a Chinesa) e que como maior continente do mundo a

Ásia é, também, o mais populoso implicando, isso, uma contactibilidade de gentes e povos que, facilitando a agressividade, facilita também a inovação e a evolução.

É bom lembrar que a Ásia foi a zona mais rica do mundo na parte mais conhecida e próxima da história do Ocidente: por isso, os europeus sonhavam em chegar à Índia para aceder às suas riquezas; por isso, eles se espantavam com as descrições medievais de Marco Polo sobre o que este vira na China.

No séc. XIV a China já tinha cinco cidades com mais de um milhão de habitantes (a maior cidade cristã da Renascença, 200 anos depois, era Nápoles com 280 mil habitantes e a maior cidade europeia dessa época não era cristã: era Istambul com 700 mil habitantes) e produzia tanto ferro como a Inglaterra veio a produzir somente no séc. XVIII; cerca de 1750, a China produzia ainda 1/3 do produto manufaturado mundial, a Índia produzia cerca de 1/4 e o Ocidente cerca de 1/5; a China inventou o papel no séc. II, a imprensa no séc. VIII e a pólvora no séc. IX (os europeus conheceram a imprensa no séc. XV e a pólvora no séc. XIV) e foram os árabes que nos deram a conhecer o papel na sequência da sua vitória sobre os chineses na batalha do Rio Talas (cerca de 750); os hindus descobriram a numeração negativa, desenvolvida depois por eles, por árabes e iranianos (do nome de um grande matemático perso/iraniano, Al-Khwarizmi, da Casa da Sabedoria de Bagdad, vieram palavras do nosso dia-a-dia, como algarismo e algoritmo); ainda antes da nossa conquista de Ceuta, os chineses possuíam a célebre armada de Zheng-He (que Fareed Zakaria descreve em “O mundo pós-americano”) com 317 navios e 28 mil marinheiros, alguns com mais de

120 metros de comprimento (o galeão de Colombo tinha cerca de 30 metros), técnicas de calafetagem ignoradas a ocidente e que regulava a navegação e o comércio no Índico e no Pacífico asiático; a Pérsia/Irão teve o maior império da Antiguidade (muito maior que o romano) com estradas reais ligando as grandes cidades (sistema copiado depois pelos romanos), e foi lá que surgiu, pela primeira vez, quer a teoria de que os homens são todos iguais (com o Masdakismo, 1300 anos antes da Revolução Francesa), quer a teoria da origem divina do poder, e que tiveram um enorme impacto posterior no pensamento ocidental.



DR

Assistimos, hoje, ao regresso global da Ásia tal como no-lo confirmam relatórios vários; muito provavelmente, dentro de dez anos *nenhum* país europeu estará entre os dez mais ricos do mundo e esse top-ten será ocupado maioritariamente por asiáticos.

Como potência hegemónica que ainda são, os EUA farão o possível para manter tal hegemonia, acolhendo tudo o que puder servir esse objetivo. Daí que pensemos que (hoje) os EUA procuram três coisas: repristinar a doutrina Monroe na sua versão abastardada, ter lugar na primeira fila da Ásia, e garantir a sua insularidade.

Como dizia John Mearsheimer, académico de Chicago, um dos grandes pensadores atuais norte-americanos, a doutrina Monroe surge, na sua pureza inicial, para preservar a insularidade dos países nascentes do continente americano que se tornavam independentes, evitando a chegada de “predadores” europeus, belicistas e imperialistas (no início, Inglaterra, França e Espanha) do mesmo passo que os EUA assumiam o compromisso de cumprir o mesmo dever no continente europeu; ou seja, os EUA propunham aos europeus que não mais atacassem os países americanos no território americano, do mesmo passo que os EUA não atacariam os europeus na Europa.

Com o tempo, a doutrina Monroe degrada-se na leitura política norte-americana em favor de um novo “predador” (agora, do próprio continente): os EUA. Com a nova versão, os países latino-americanos são transformados em seus protetorados de facto, sem capacidade de decisão económica e com direitos de concorrência muitos limitados, sujeitos a monopólios de

multinacionais norte-americanas e a regras políticas draconianas com regimes ditatoriais a vigiar.

Ou seja, enquanto a versão inicial daquela doutrina pretendia ser um pacto de não-agressão com efeitos plurilaterais igualitários entre países intercontinentais poderosos, a nova versão é a consagração de um imperialismo à moda antiga, restrito ao continente americano; agora, com Trump, esta nova versão degrada-se ainda mais com uma máscara à sua feição.

A versão inicial da doutrina Monroe é um efeito direto da Guerra Anglo-Americana de 1812/14 e das suas sequelas; a sua versão abastardada vai sendo construída à medida que os EUA precisam (para edificar a sua hegemonia mundial) das mais-valias extraídas dos países latino-americanos transformados em seus protetorados.

Mas a questão da insularidade continua a ser uma preocupação de 1.º grau como meio de garantir a inatingibilidade do território norte-americano. Chegar lá são, ainda hoje, trabalhos de Hércules; mas a crescente navegabilidade do Ártico (por força do aquecimento global) e a crescente evolução tecnológica das armas militares diminuem a distância temporal num espaço que é cada vez mais “curto”.

Os chineses já terão feito uma viagem inicial e exploratória, passando pelo Ártico e descendo pelo Mar do Norte em direção ao Báltico, com paragens em Felixstowe (porto inglês), Amesterdão, Hamburgo e terminando em Gdansk; será este o provável figurino das futuras viagens comerciais Pacífico Oriental/Atlântico Norte. Terá demorado cerca de 18/20 dias menos do que

a mesma viagem feita pelo Suez ou pelo Cabo da Boa-Esperança, o que mostra que os custos de transporte serão bem menores lançando apreensão sobre o que, comercialmente, o Mediterrâneo irá sofrer.

Os quebra-gelos russos preparam-se para acelerar a navegabilidade do Ártico, e com isto as marinhas de guerra farão um trajeto similar num espaço onde as fronteiras terrestres de apoio são russas em muito larga medida; o Ártico irá ser a grande Autoestrada do Norte e fica em perigo a insularidade americana.

É aqui que encaixa a história da Groenlândia; esta pode vir a ser o primeiro capítulo de uma nova política de defesa militar que invade o Ártico, instabilizando o Atlântico Norte.

Por último, o terceiro ponto que se impõe por si mesmo: se a Ásia é, já, o continente mais rico do séc. XXI, os EUA querem participar do fausto dessa riqueza estando presentes lá.

Se bem se reparar, a política tradicional norte-americana já leva em conta a Ásia há muito tempo, como se o seu subconsciente político olhasse para a Ásia como território ideal do futuro, substituindo o colonialismo europeu em declínio pelo neocolonialismo americano em ascensão; só assim se compreende (entre muito mais) a conquista do Havai aos povos da Polinésia, a transformação de ilhas como o Japão (vencido da guerra) e Filipinas (ex-colónia espanhola) em protetorados de facto à boa maneira inglesa do séc. XIX, a guerra do Vietnam, não falando sequer em Taiwan ou na limpeza étnica “esquecida” praticada sobre os povos de Diego Garcia.

Quem os EUA parecem procurar como “novo aliado” nessa aproximação à Ásia é, seguramente, a Rússia, tentando recuperar a doutrina Nixon/Kissinger mas, agora, virada ao contrário.

Com Nixon, num mundo bipolar, os EUA aproximaram-se da China para um confronto conjunto contra a URSS, apressando a “débauche” desta e levando a uma nova reconfiguração política mundial; hoje, os EUA ensaiam a aproximação à Rússia, tentando afastá-la da China como forma de fragilizar esta e de manter a sua própria hegemonia global.

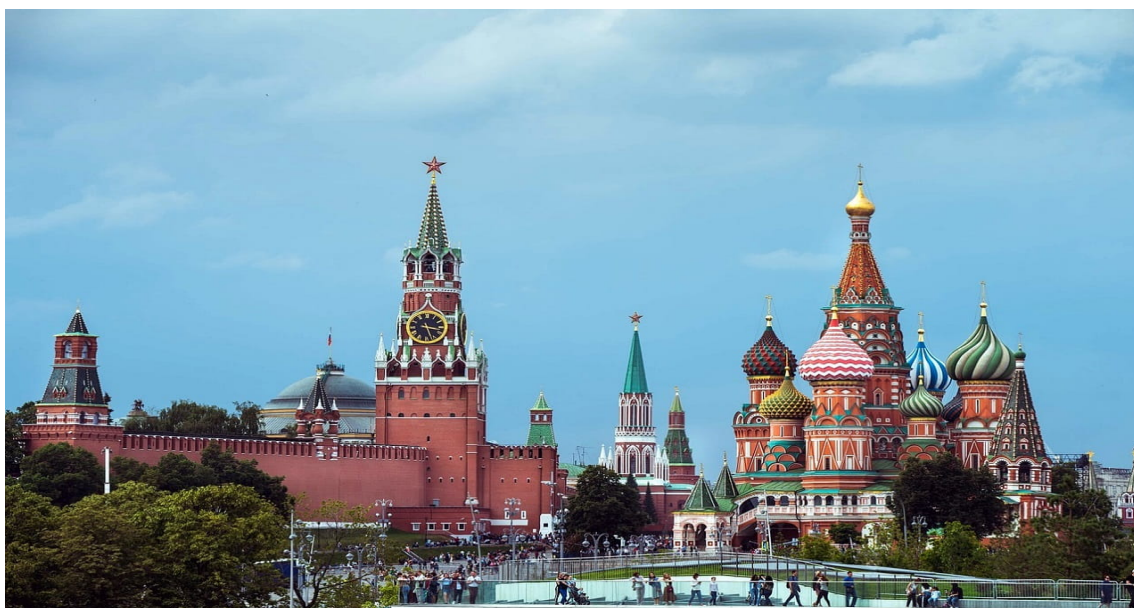
Esta nova estratégia norte-americana tem dificuldades: é conhecida por ter antecedentes; e, por outro lado, a China tem já a maior economia do mundo ultrapassando a dos EUA (como diz o Banco Mundial) ao contrário das posições relativas EUA/URSS, há 50 anos atrás.

Mas a maior dificuldade será outra: enquanto os EUA tem problemas graves na sua economia, cada vez mais financeira, com uma dívida pública enorme que condiciona as opções possíveis e um lento abandono internacional do dólar como moeda de pagamento que se reflete na sua inflação interna, a China criou um enorme mercado interno e **autónomo**, em crescimento contínuo, assente primordialmente no aumento regular do poder de compra dos cidadãos chineses que levou ao surgimento de uma classe média em constante expansão.

Como assim, a China evitou a armadilha que atingiu outros países asiáticos (Japão e Coreia do Sul, por exemplo) que criaram economias dependentes porque viradas primordialmente para a exportação de bens para países ocidentais com forte poder de compra: com este modelo, qualquer crise

económica no Ocidente refletia-se de imediato no país asiático que exportava. Hoje, com as economias ocidentais a marcar passo aqueles países exportadores tiveram que repensar o seu próprio modelo económico.

Será difícil por isso que a Rússia se deixe seduzir por cantos de sereia: é que os BRICS e a OCX (Organização para a Cooperação de Xangai), a que a Rússia e a China pertencem, começam a ser contrapesos grandes que existem agora mas não existiam no tempo de Nixon. Mas nada disto é definitivo: a Rússia tem, hoje, outro engulho (com efeitos potencialmente graves, de que adiante falaremos) que pode impor caminhos diferentes no seu trajeto futuro.



DR

Rússia

E a Rússia, o que pretende?

A Rússia é um país híbrido com lugar de destaque na Europa ou na Ásia, consoante as relações hegemónicas de poder de cada época.

Neste ponto a Rússia lembra a França: aquela na esfera mundial, esta na esfera europeia.

E porquê? Falamos com frequência dos países europeus, dividindo-os em países do Norte e países do Sul (os mediterrânicos) para melhor os compreender.

Com a França é diferente: é o *único* país europeu simultaneamente do norte e do sul, que vai do mar do Norte ao Mediterrâneo, com diferenças culturais expressas no que (medievalmente) se designava pelo país da “*langue d’ouil*” (o norte, próximo do mundo celta e das canções de gesta) e pelo país da “*langue d’oc*” (o sul culto, provençal e “italiano”); como assim, qualquer explosão revolucionária em França pode incendiar, num ápice, o norte e o sul da Europa como sucedeu com a Revolução Francesa e, de certa forma, com a Primavera dos Povos, em 1848.

A Primavera dos Povos deve ter impressionado, quer K. Marx/Engels que estes deram à luz (no mesmo ano) “O Manifesto Comunista”, quer o futuro chanceler Otto Bismarck que este deu à luz (quando chegou ao poder) o moderno estado social europeu com as revolucionárias pensões por doença de trabalho, por acidente de trabalho e, no fim, a pensão de velhice e invalidez, tudo como meio de travar as explosões cíclicas do operariado.

Mas se a França é o único país híbrido europeu, a Rússia é o país híbrido euroasiático por excelência (tanto está na Europa como na Ásia), o que lhe dará, provavelmente, uma estatura própria no mundo que aí vem.

A Rússia, que hoje conhecemos, começou a formatar-se a partir do fim do séc. XV (no tempo do nosso D. João II) quando Ivan III (avô de Ivan, o Terrível) inicia a unificação dos povos russos.

Até aí, a Rússia era terra de variados principados, ducados e cidades-estados (onde viviam os diversos povos *Rus*), vários deles tributários dos mongóis da Horda de Ouro; Ivan III (e, depois, seu filho) vai absorvendo sucessivamente Tver, Peskov, Riazão, Viatka, Novgorod, Rostov, Smolensk, etc, formatando um estado unificado a partir da Moscóvia, culturalmente bizantino-oriental, localizado à entrada da Ásia e considerando-se herdeiro de Constantinopla (a Roma oriental) já que esta caíra e Kiev desaparecera na batalha do Rio Kalka com a chegada dos mongóis.

Este mundo eslavo/bizantino/oriental veio a sofrer um terramoto dois séculos depois com a chegada ao poder de Pedro, o Grande. Pedro europeíza a Rússia, aproxima-a do norte da Europa porque percebe que a grande riqueza do mundo fluía cada vez mais para aí, que a Guerra dos Trinta Anos acabara com o poder do Papado (instituição do Sul), criara o direito internacional moderno centrado na igualdade de todos os estados independentemente do seu tamanho, e cancelara a hegemonia político-económica dos povos do Norte (Holanda e Inglaterra).

O que Pedro queria era negociar com o novo mundo, ou seja, com os países ricos do Norte europeu e com as cidades portuárias do Báltico; ou seja, queria conectar a Rússia à riqueza do mundo que surgia. Para isso, ele abre à força o caminho para o Báltico à custa da Suécia (que derrota na Grande Guerra

do Norte) tomando-lhe os territórios bálticos, instalando aí a sua nova capital (São Petersburgo) e virando a Rússia para oeste, europeizando-a.

Pensamos que Pedro conhecia, desde jovem, muitos europeus do Norte; não apenas por ser visita frequente do “Bairro Estrangeiro” de Moscovo, mas também porque sua mãe (a czarina Natália) era sobrinha de um homem importante da cultura russa (A. Matvéyev), casado com uma senhora escocesa (Lady Eudóxia Hamilton) por cuja casa gente do Norte passaria quando visitava a Rússia, fazendo parte da memória juvenil do futuro czar; com todos esses contactos, Pedro percebeu que havia outro mundo, de cultura, valores e regras económicas diferentes que se contrapunha ao seu.



Czar Pedro, o Grande (DR)

Não foi por acaso que Pedro, já czar, chefiou meio incógnito a “Grande Embaixada” visitando a Holanda e a Inglaterra, ou seja, o centro do mundo rico que surgia; nem foi por acaso que escolheu outro escocês (Mr. Gordon) para reformar o seu exército depois da revolta e da liquidação dos *streltsi* que puseram em perigo a sua própria família.

Hoje, a Rússia está numa rota inversa: a Europa definha económica e demograficamente, os EUA entraram na economia financeira, a Ásia cresce e as projeções apontam no sentido do regresso dos colossos asiáticos (para já, China, Índia, Indonésia, Turquia).

Se, perante isto, os EUA querem continuar na Ásia (eles, que nem asiáticos são) por que motivo a Rússia, país híbrido do centro da Eurásia, não se pode voltar para leste quando a riqueza se concentra aí?

Dois pormenores reforçam esta perceção: de um lado, os BRICS (a que a Rússia pertence), embrião de um mercado não ocidental situado em quase todos os continentes e nas margens das grandes linhas de navegação e do comércio marítimos (Mar Vermelho, Pérsico, estreito de Malaca, Cabo da Boa-Esperança) como forma de controlo da riqueza circulante (à boa maneira dos impérios marítimos recentes, como a Inglaterra novecentista e os EUA do séc. XX); doutro lado, a OCX (Organização para a Cooperação de Xangai) - a que a Rússia também pertence - de matriz asiática, de países continentais de grande tamanho e todos contíguos, formatando um espaço territorial enorme no centro da Eurásia com áreas e fronteiras limítrofes, permitindo uma defesa em profundidade que sugere o núcleo de uma possível coligação militar.

Ou seja, ninguém se admire se viermos a ter um grande mercado aberto no centro da Ásia (como coração económico do mundo) e uma coligação militar em ascensão com um espaço em parte aproximado.

Não se quer dizer, com isto, que a Rússia deixará de ser europeia; pensamos que ela manterá sempre a sua tradição de país *híbrido da Eurásia* com uma oscilação maior ou menor para um lado ou outro consoante a riqueza do mundo, as alianças existentes e os interesses convergentes, mas sem nunca deixar de ter peso relevante no prato mais frágil da balança em cada momento da História.

E, por último, não se esqueça que a Rússia carrega consigo um problema complicado de diagnóstico difícil, que pode agravar-se.

A Rússia faz fronteira com a China, no centro da Ásia, em mais de quatro mil quilómetros: do lado russo vivem seis milhões de pessoas; do lado chinês vivem 200 milhões.

A Rússia tem, pois, um grave défice demográfico num espaço asiático profundo que pode desembocar num imbróglio com o vizinho que tem gente a mais e terra a menos onde ela tem gente a menos e terra a mais. É certo que as elites dirigentes tentam gerir com tempo este problema; mas prever uma solução a longo prazo é como acertar na lotaria com meio século de antecedência.



DR

União Europeia

E a União Europeia (EU), o que pretende?

A ideia da Europa unida surgiu depois da tragédia da 2.^a Grande Guerra como forma de apaziguar a conflitualidade secular dos países europeus dominantes (França, Inglaterra, Alemanha) que, sabendo que a Europa dominava o mundo desde fins do séc. XVIII, queriam dominar *sozinhos* o mundo dominando a Europa. Esta foi a origem (direta ou indireta) das guerras europeias modernas: da Sucessão de Espanha, dos Sete Anos, das Napoleónicas, dos Ducados, da Austro-Prussiana, da Franco-Prussiana e – no fim da linha – das duas Grandes Guerras.

Por detrás da solução conciliadora do pós-guerra estiveram os EUA; e assim surgiu a CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço) à volta da qual nasceu a ideia de um “supermercado comum” que aglutinasse os europeus

permitindo-lhes pensar numa possível federalização futura com peso específico no espaço mundial.

No início, nós próprios fomos europeístas; hoje, a sensação de fim de festa é cada vez maior.

Se repararmos, a CECA foi criada no espaço nuclear do antigo império *carolíngio* quando, no séc. IX, Carlos Magno gerou aquilo que permaneceu no imaginário mítico dos europeus pós-Roma sob o nome de “Sacro Império Romano-Germânico”, até Napoleão acabar com ele no séc. XIX porque ele era mais germânico do que romano; Carlos Magno criou esse império no que é, hoje, a França, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Alemanha/Áustria e a marca da Itália (a Lombardia, o norte rico da península), ou seja, no embrião da futura UE.

O que nos leva a fazer uma pergunta para a qual nunca encontrámos resposta: a UE foi um mero acaso do destino ou será que nós (europeus) continuamos a alimentar essa imagem mitificada de um império poderoso que continua a sustentar o nosso ego e o nosso sonho de poder?

Hoje, a UE vive uma crise proveniente de três causas distintas.

Em primeiro lugar a UE nunca se federalizou, nem provavelmente o fará; ou seja, a UE sempre foi um mercado comum, mais ou menos alargado, com laivos suaves de uma confederação de estados.

Não se federalizando, a UE nunca deu o salto qualitativo para um patamar superior, e não será agora – com uma crise rastejante à porta – que o irá fazer.

A Europa foi-se formatando, na Baixa Idade-Média, a partir do “estado-nação”, ou seja, de territórios com homogeneidade “étnica”, igualdade linguística e identidade religiosa. Será esta trilogia que vai amalgamar a homogeneidade interna dos nascentes reinos europeus; quando alguma dessas características falha, os reinos entram em convulsão até se resolver o item que provocara o curto-circuito (como se percebe das recorrentes guerras religiosas).

O “estado-nação” é, assim, para os europeus do séc. XIX o modelo ideal de estado; e falamos deste século porque será nele que a Europa atinge o zénite do seu poder: no princípio do séc. XIX a Europa ocupava 35% das terras do mundo, e no princípio do séc. XX (em 1914) ocupava 85% delas (como garante Arrighi). Ou seja, em cem anos a Europa ocupou metade do mundo.

Hoje, tudo mudou: grande parte dos estados modernos prescinde daquele conceito como matriz fundadora, tem uma dimensão territorial muito superior aos europeus e segue vias diferentes de convergência política (como a língua do antigo colonizador).

Simplesmente, a Europa continua presa a esse seu passado quimérico, mesmo sabendo como são exíguos os seus próprios países quando comparados com muitos dos restantes; e é esse passado do “estado-nação” que brandimos (sem disso termos muita consciência) quando – em momentos de crise – invocamos o nacionalismo ou diabolizamos o imigrante.

Ou seja, se o “estado-nação” foi, por séculos, um dos arrimos para a grandeza da Europa, tornou-se, hoje, no maior empecilho para a sua federalização.

Em segundo lugar, a Europa está em queda demográfica estrutural em todos os seus países (desde cerca de 1950) quando nenhum país ou civilização será hegemónico, ou terá peso relevante a nível mundial, se não tiver muita gente fértil e em idade ativa.

Depois das “trevas medievais” a Europa reproduziu-se muito desde (aproximadamente) o ano 1000 até 1950 (excetuado o séc. XIV com as pestes negras, e a viragem dos séc. XVI/XVII). Em 1950 (como documentou o médico sueco Hans Rosling), a Europa tinha cerca de 22% da população mundial enquanto a África tinha apenas 9%, mas em meados deste século (2050, cem anos depois) a Europa terá 8% da população mundial e a África andarà nos 39%; e corre-se o risco de (no fim deste século) a Europa ter valores preocupantemente baixos (450 milhões de pessoas, que é já a sua população atual) contra 4 biliões e 500 milhões de pessoas, que será (então) a população quer da África, quer da Ásia.

Como assim, a pirâmide etária europeia está cada vez mais invertida.

Na Ibéria medieval, foi aquele aumento demográfico excessivo que ajudou a reverter (conjuntamente com outros fatores) a relação de forças entre cristãos e árabes. Reversão que demorou séculos: antes dela, as batalhas eram quantas vezes catastróficas para os cristãos (Guadalete, Alarcos, Zalaca, Uclés); depois dela a Reconquista tomou alento, principalmente depois que os árabes deixaram de conseguir trazer combatentes auxiliares do norte de África (como os almorávidas e os almóadas) para compensar o seu crescente défice populacional.

O excesso demográfico europeu vai ter outro efeito, agora global, a partir do séc. XV: a emigração de europeus para os outros continentes, com a respetiva ocupação e colonização.

Excesso demográfico, separação entre fé e ciência que permitiu o desenvolvimento científico, colonização direta com ocupação dos territórios e exploração das respetivas matérias-primas (que incluía o escravagismo) formaram o leque de fatores causais que levaram à hegemonia da Europa.

Hoje, tudo isto acabou: a Europa é cada vez mais um continente de velhos (Brzezinski escreveu que a Europa “é o lar de idosos mais confortável do planeta”), em queda económica estrutural e onde a invocação de direitos sobreleva cada vez mais o cumprimento de deveres.

A queda demográfica põe em alto-relevo o problema das migrações porque – não sempre, mas em regra – migra-se de zonas pobres com gente a mais para zonas ricas com gente a menos; com isto, as linhas migratórias são aproveitadas por redes do crime organizado (normalmente, de gente nossa) que transferem para os migrantes a culpa que não é deles. E é assim que se alimenta o discurso do nacionalismo renascido e da direita radical.

Espantoso, para nós, é nunca termos tido a coragem de discutir, abertamente e sem rodeios, um problema tão importante como este que se prende com a nossa própria identidade político-cultural.

Por último e a terminar, a Europa é um continente pobre em matérias-primas.

Quando migrámos com população excedentária trouxemos para cá a riqueza das colónias que ocupámos; hoje, sem colónias, sem matérias-primas e uma população que mingua e envelhece, onde vamos parar?



DR

China

Há trinta anos, Samuel Huntington escreveu em “O Choque das Civilizações” que é provável que, durante a maior parte da História, a China tenha sido a maior economia do mundo e que o atual desenvolvimento económico dos países não ocidentais esteja a provocar o regresso a essa regra histórica. E conclui: “Os duzentos anos de *blip* ocidental na economia mundial terminarão” (pág. 101).

Ou seja, a China foi, quase pela certa, o país regularmente mais rico da história do Homem, e só deixou de o ser quando os imperadores Ming, no

séc. XV, a fecharam ao mundo; com o seu retorno atual, tê-la-emos de novo no epicentro da História.

O momento seminal que acelerou as recentes modificações da riqueza mundial (e estão a provocar as alterações de Poder) foi um facto, à época, pouco falado: a entrada da China, em Dezembro/2001, na Organização Mundial do Comércio (OMC), lançando no mercado de trabalho, de uma assentada, entre novecentos milhões a um bilião de trabalhadores com efeitos que poucos anteciparam.

Com essa entrada abrupta houve: uma perda maciça de postos de trabalho em todo o Ocidente com a diminuição do poder de compra dos seus trabalhadores; uma transferência de empresas ocidentais para a Ásia (principalmente, China) aproveitando a diminuição dos custos de produção; o acesso chinês à tecnologia ocidental, depois desenvolvida autonomamente; o reinvestimento local de grande percentagem dos lucros obtidos pelas empresas ocidentais sob pena de estas serem fortemente penalizadas.

Na sequência de tudo isto a China criou uma classe média em expansão que funciona como um fator insubstituível de crescimento; e, no Ocidente, tudo isto provocou, 15 anos depois (como sublinhou K. Mahbubani, académico da Univ. de Singapura), o Brexit inglês e a primeira eleição de Trump.

A guerra que Trump decidiu fazer, agora, contra o Irão deu-nos por isso a estranha sensação de assistirmos ao vivo à passagem “oficiosa” do nosso mundo (os 200 anos de hegemonia ocidental) para o mundo que aí vem (o do novo Indo/Pacífico).

Contra todas as previsões ocidentais, o Irão resistiu numa defesa (longamente preparada) feita com drones e mísseis, o apoio logístico e militar dado pela China e Rússia sem que estas entrassem materialmente na guerra, apoio que já vinha de trás e pode prenunciar o início de uma coligação estratégica que, a sedimentar-se, virará certamente o mundo a partir da Eurásia.



DR

Esta guerra confronta-nos, pois, com um conjunto de sequelas que não nos devem surpreender.

Assim:

- a) a fragilização dos EUA que parece não serem capazes de sustentar uma guerra coriácea, longa e constante; agora, os EUA montam uma “tocaia” e fogem. Compare-se a parafernália militar (ainda) usada nas duas guerras do Iraque com esta e tirem-se conclusões (veja-se a

listagem de Huntington quanto à primeira dessas guerras, na obra citada, pág. 105).

É caso para perguntar: será que os danos da *economia financeira* norte-americana já não permitem sustentar as despesas de uma guerra feita à distância?

- b) O início de um novo desenho geográfico do Médio-Oriente porquanto o atual – provindo da fragmentação feita pelo Ocidente do grande império turco vencido na 1.ª Grande Guerra – foi riscado à medida dos interesses das potências então vencedoras (Inglaterra e França) e de quem lhes sucedeu (os EUA) aproveitando a tradição “gentílica” da região; como assim, iremos ter (quase pela certa) o desaparecimento de alguns estados atuais que não correspondem a nada, mantidos apenas por fidelidades oportunistas que se vão perder com as novas relações de poder;
- c) A emergência regional (ou proto-mundial) de países islâmicos (mas não árabes) de tradição e grandeza antigas: Irão e Turquia;
- d) A fragilização geoestratégica de Israel porque a alteração estrutural da correlação das forças mundiais sente-se mais no centro euroasiático (ou perto dele) e menos nas periferias.

Bem se pode dizer (por tudo isto) que – só agora – está a terminar o século XX.

*** Antigo Presidente do Supremo Tribunal de Justiça**

UM MUNDO NOVO

A TEMPO E HORAS

PORTUGAL E O SENTIDO DO FUTURO

Começo por esclarecer que gosto de Portugal e do povo a que pertenço. Mas é altura de partilhar factos políticos, sociais e culturais que me interessam e que têm feito o seu caminho no país. E as razões são simples de transmitir, as mais complexas ficam para especialistas do tema. Seguem-se breves notas com interesse para quase todos, e que convidam a alguma reflexão

VICTOR NABAIS*



Abril - para substituir a velha ordem e erguer um tempo novo (Imagem criada por IA)

O REGIME AUTORITÁRIO na sua fase final, o marcelismo, conheceu o pior de duas realidades: o desgaste próprio, com confrontos entre civis, militares e religiosos que fizeram a segunda república; e gerações de portugueses próximos da Europa do pós-guerra e das democracias já com três décadas de vida. Por cá, a ala liberal do regime foi incapaz de gerar alternativas para fazer a mudança, mesmo argumentando com a situação colonial impossível de manter, eternizando-se o problema e mantendo portugueses em África no limbo da sua identidade. E os jovens do continente na certeza de serem mobilizados para uma guerra longa e injusta.

Sobre o golpe que resolveu essa situação política difícil, tudo foi dito nos cinquenta anos da liberdade. E lembrar que o MFA não podia ter uma visão política precisa para o país, mas três ideias essenciais para o nosso futuro: democracia, descolonização e desenvolvimento. Era essa a tarefa para substituir a velha ordem e erguer um tempo novo, contando com o entusiasmo da maioria e com a reacção de quem não aceitava partilhar uma nova realidade. De facto, grupos próximos do regime deposto ou alinhados com o regime não iriam ter um papel no processo em curso, por vontade própria ou impedidos pela realidade da situação. Essa realidade, presente pelo menos até à nossa entrada na CEE, gerou algum vazio e as condições que permitiram a entrada de capitais externos para as empresas, e, sobretudo, para estruturas críticas do país, em especial a produção de energia e as redes de distribuição. E também a banca, seguros, saúde. Ou seja, sectores críticos, com o incentivo ou a imposição de Bruxelas e uma oportunidade perdida para um país com soberania política e económica.

Ao mesmo tempo havia grupos, sobretudo de esquerda radical, encantados com o momento e a oportunidade de testar ideias da revolução social a um povo carente de liberdade e uma juventude pronta para o futuro. E perante o ímpeto revolucionário de Março de 1975, refreado em Novembro, as iniciativas de Mário Soares, Sá Carneiro e outros tentavam criar as bases duma sociedade a viver num emaranhado de fé e de causas. Enquanto isso, Álvaro Cunhal mobilizava o Alentejo e as cinturas industriais para criar a nova república, nem burguesa nem radical, mas a de vanguardas operárias e intelectuais. Já Freitas do Amaral, contido nas palavras quanto pôde, enfrentava a hostilidade dum tempo adverso e tentava dizer, como podia e sabia, que também queria contribuir para a construção da democracia em Portugal.

Nunca se saberá o que aconteceria se, por exemplo, Sá Carneiro não desaparecesse no voo fatal – e com ele uma mulher que lhe dava força anímica. O que se sabe é o que aconteceu: a democracia representativa que se foi construindo e uma sociedade que se foi apaziguando com o trauma de África – o drama foi enorme – e com projectos demasiado longe dum povo com uma cultura mediterrânica e atlântica mais dada a liberdade e menos a determinismos que a realidade dos tempos vira ao contrário quando entende – é essa a realidade histórica.

Confortados com a democracia representativa numa sociedade com fragilidades, mas com forte consciência do momento histórico, o país foi modernizando a economia e os serviços, abrindo as portas ao comércio, desde logo na EFTA, de que tinha sido um parceiro fundador.

Mário Soares e outros portugueses, certamente ouvindo quem sabe e interpretando o novo rumo de Portugal, fez contactos e diligências que iniciaram o processo de adesão à Europa. É sobre essa nova realidade que falaremos a seguir, em jeito de balanço e do futuro do país.



Portugal aderiu à CEE a 1 de Janeiro de 1986 (DR)

Integração europeia

A ideia da Europa, nascida dos destroços da segunda guerra mundial, é obra da autenticidade genuína dos fundadores, gente humanista, conhecedora da história e da realidade do tempo e que queria afastar para sempre o horror e ignomínia do regime nazi. Jean Monnet, Robert Schumann, Simone Weil e outros desejaram uma Europa livre de trevas protagonizadas por um partido nacionalista que, face à crise causada pelas reparações de guerra, mobilizou as frustrações do seu povo para fazer o que se julgava impossível fazer-se a outro ser humano.

Os resultados da segunda guerra foram muito severos, com divisão da Alemanha em zonas controladas pelos quatro vencedores. A URSS, chegando primeiro a Berlim, aproveitou para desenhar no mapa um novo país sob seu controlo militar e ideológico. E até fez um muro bem alto para impedir a fuga dos novos súbditos, separando famílias e amigos.

No primeiro dia de Janeiro de 1986, era quarta-feira, o nosso país entrou na CEE, nascida trinta anos antes, com a criação da CECA, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço. Do propósito nobre – a paz e o desenvolvimento – a UE ficou cada dia maior e mais complexa, com cedência de soberania dos povos a novas estruturas políticas e administrativas feitas para regular a vida das sociedades, numa configuração política e jurídica inédita no mundo.

Países como Portugal, um país recentemente saído da presença multicontinental, sentem a desagregação da sociedade devido à presença de Bruxelas (os grandes é outra realidade), uma exigência paga com fundos feitos para alimentar dependências económicas e políticas. É no que o país pensa e produz que se constrói a economia e se realiza o desenvolvimento. E não no recurso a fundos que perpetuam as baixas cadeias de valor e as rendas indevidas. E isto enquanto desaparecem grupos nacionais capazes de liderar políticas de competição, sobretudo em áreas mais exigentes. Esse facto crítico – o sector automóvel é um exemplo num país que viajou, em menos de duas décadas, de potência colonial a subsídios europeus. E se isto diz pouco a quem nasceu já na realidade política nova que foi tomando conta da sociedade, o resultado é a distância das pessoas perante responsabilidades que lhes cabem.

Quem controla as grandes empresas industriais, comerciais e financeiras a operar no país? E qual é a cultura de gestão predominante entre os empresários e os gestores de empresas? Sob o manto da eficiência económica, há elites que beneficiam da separação entre o capital industrial e financeiro e estratificação social crescente, apesar dos progressos conseguidos.

A limitação dos direitos cívicos aos momentos eleitorais, com resultados inexpressivos ou pouco relevantes, é também o resultado desta Europa da burocracia, invasiva tanto quanto pode, mas rendida ao que os grandes grupos económicos impõem. O resultado do sistema burocrático instalado gera anestesia nos povos e dilui o sentido de soberania e a dignidade sem a qual a vida perde sentido e as novas gerações tendem a separar-se das comunidades.

Se esta Europa burocrática for uma realidade por muitos anos, Bruxelas agirá com poderes supranacionais – o que não deveria estar no espírito dos fundadores – é hoje um ponto fraco. A soberania, incluindo a económica, pertence aos povos. À UE podem ser delegadas funções culturais e de valorização do património comum. E o mercado interno. E algumas políticas migratórias. E a política de defesa em caso de agressão externa. E cooperação internacional, de acordo com afinidades históricas dos países – cooperar com base na cultura e soberania.

Como exemplo, a crise decorrente da guerra no Leste é uma oportunidade para alinhar os interesses específicos e comuns europeus, com base na defesa da liberdade e democracia. Como exemplo, deve ser óbvio que cada país e a

Europa enquanto região, devem ter meios e capacidades autónomas de defesa. Alguém falou nisso e ainda bem, já não era sem tempo.



A Europa enquanto região deve ter meios e capacidades autónomas de defesa (DR)

Educação e Cultura

O nível cultural dum país é difícil de definir, desde logo pela diversidade local e regional existente e os critérios para classificar pessoas e grupos sociais, escolaridade, padrões de vida colectiva e estabilidade de valores, com métricas adequadas às realidades observadas. O que já não será difícil de aceitar é a relação entre o conhecimento em diferentes domínios e a capacidade de resolver problemas, previstos ou não, e de participar em projectos que exijam saberes e competências. No que se refere à cultura, a avaliação é ainda mais difícil: conhecer a música clássica e desconhecer as regras da pintura renascentista não chega para designar alguém como mais e menos culto. E muitas outras comparações entre os diversos domínios do

conhecimento – e dos contextos políticos e sociais no momento da avaliação...

Certamente por isso, é possível caracterizar cultura popular e erudita. E conhecimentos científicos e das humanidades. E saberes artísticos e tecnológicos. Sendo conceitos fáceis de entender, sabemos que permitem a arrumação dos saberes, pela sua natureza e ou pelos processos de evolução que transformam percepções individuais, mais e menos partilhadas, em conceitos estruturantes do progresso humano e da capacidade de comunicar e interagir. Transversal a toda a forma de cultura e de expressão é o conhecimento que lhe dá forma e função. Se a cultura popular tem origem nos grupos sociais com o mesmo nome, com base rural ou urbana, a cultura erudita exige conhecimento profundo da forma e do conteúdo, um atributo próprio de quem tem interesse, formação e disponibilidade para estudar e para explorar antigas e novas formas de expressão e de conhecimento, seja em ciências ou artes.

Cinquenta anos depois de serem repostos em Portugal os direitos políticos e culturais, com liberdade de criação e de expressão, será oportuno fazer um balanço dos impactos da escola pública para todos no desenvolvimento cultural e competências cívicas das novas gerações. Os resultados, observáveis em já duas gerações de adultos, podem ser caracterizados pela mundivisão generalizada e pelo nivelamento artificial entre sociedades e culturas diversas, seja em grupos sociais, regiões do país ou países da Europa com culturas muito diferentes. Outra marca, pelo menos aparente, é a relativização do significado da História do país, seja o mérito de Portugal ter chegado a todo o mundo ou o drama do domínio de povos nativos. A falta de

sentido crítico – ou o seu silêncio nos mais novos... – é uma fragilidade colectiva. Estes e outros factos, com o desaparecimento natural dos protagonistas da liberdade, e com o desconforto do projecto europeu, obrigam a pensar com quem e como pode o país estar preparado para desafios futuros – aceitando que não há futuro sem problemas e desafios. Oitenta anos de paz e bem-estar na Europa, sem sobressaltos e ameaças sérias à liberdade e à paz social – o fim do serviço militar é prova disso – criaram um ambiente psicológico de alguma ingenuidade e displicência perante realidades que acabam sempre por acontecer, tal como um sismo, o clima ou qualquer outro evento, natural ou social, de que é feita a vida.



A educação e a cultura são a base do cimento das gerações (DR)

Das campanhas de alfabetização no país profundo nos primeiros dias da liberdade, visando ao mesmo tempo transmitir o essencial da mudança do

regime e a ideia do país novo, entre os caminhos a fazer e ideias dos manuais da ciência política – se aplicáveis a toda a gente! A esta dinâmica, generosa, voluntarista e ideologicamente ambiciosa, seguiu-se o tempo da consolidação democrática e constitucional. Sem significado para quem já nasceu na década de oitenta, as campanhas de alfabetização (ou politização), sobretudo em Trás-os-Montes e Alentejo, tal como o serviço médico à periferia – embrião do SNS – e o apoio das unidades militares de Engenharia em obras urgentes de autarquias, marcaram o início da construção da democracia oferecida pelos militares. Vieram depois os fundos comunitários, reduzindo significativamente a consciência cidadã e o sentido de responsabilidade das novas gerações perante o futuro, a que acresce o apagão cívico referido e que limita o sucesso do país novo. Só a consciência cívica e responsabilidade comum – que inclui uma escola afirmativa e uma sociedade consciente do que lhe compete fazer – pode inverter a fragmentação geracional. A educação e a cultura são a base do cimento das gerações. E se não resolvem as realidades da vida em sociedade, contribuem para os valores éticos e para consolidar as boas decisões.

Economia e sociedade

Se nunca terá sido muito fácil falar de economia sem fixar alguns conceitos (e preconceitos) para tentar fazer raciocínios ou avançar uma ideia sobre o que parece estar bem ou mal, ter opinião sobre economia é como acertar no alvo com a luz apagada, seja pela probabilidade de erro ou pela irrelevância da análise face ao que pode ocorrer amanhã ou para a semana.

Mas evitemos a armadilha da irrelevância e falar sobre coisas simples, do “governo da casa”, definição primária de economia. Ou de comunidade, como aglomerados de casas e famílias. Das necessidades básicas ao totalmente inútil, a economia trata de tudo, atribuindo a cada bem e serviço um determinado valor, que pode ir do custo de produção a pura especulação. Se pensarmos nas necessidades das pessoas, é fácil constatar que a economia industrial se separou da vida das comunidades, exceptuando contextos de guerra e de carência extrema. A partir daí, a lógica produtivista e distante que define os sistemas de produção modernos caracteriza-se por propor ao máximo de pessoas o máximo de coisas. É esta a sociedade de consumo, desligada da natureza da economia e comunidades e que visa apenas maximizar recursos e produtos, sem qualquer respeito por equilíbrios naturais e os limites do possível.

O modelo é colocar o máximo de pessoas a trabalhar (emprego) para produzirem o máximo de bens – muito para lá das necessidades – que toda a gente irá comprar, em ciclos sem fim. A produção industrial iniciada na Inglaterra e continuada nos Estados Unidos, depois a Europa e agora a Ásia-Pacífico, evoluirá para crises sociais graves nos países de destino de navios contentores sem fim, iniciando o fim da globalização e abrindo caminho a economias colaborativas, suficientes, eficientes, em redes de proximidade – a oportunidade de futuro.

O ponto crítico das economias industriais desenvolvidas é a sua auto-justificação, na crença de que tudo se justifica pelo mercado. E que o limite é apenas a impossibilidade de manter os ritmos de produção, seja pela falta de matérias-primas, fontes de energia ou... mercados. Introduzir limites nos

níveis de produção, com menos poluição e resíduos não recicláveis é corrigir o conceito de negócio, hoje assente no máximo possível e no maior ganho possível.

Enquanto isso, indicadores ambientais atingem níveis críticos, com reversão dos processos insuficiente para inverter a tendência. A negação do facto em muitos sectores de actividade, ou a visão cínica de que temos direito a tudo o que se pode ter é, com toda a probabilidade, o fim das sociedades livres, democráticas e promotoras de bem-estar. E das outras, é claro...

Dona do mundo e duma inteligência superior, cabe à Humanidade a atitude certa para com a saúde e a sobrevivência, através de uma economia leve e inteligente, focada no essencial. Como mau exemplo, a indústria alimentar: a lógica das empresas passa por exercer direitos em tudo que vive, ignorando evidências sobre alimentação saudável e direitos dos animais.

Se a natureza não prevê a repetição do presente, qualquer que tenha sido o passado, a vida mostra que é possível “evoluir a partir do passado”, ou seja, o presente pode oferecer coisas de excepção feitas com novos materiais, formas estéticas ou funcionalidades. Os exemplos são muitos e mostram as virtudes das economias sustentáveis (natureza + ciência), abrindo caminho à consciência de todos sobre a urgência de mudar conceitos e modos de consumo.



Portugal (resultado da integração europeia e da perda de elites) não tem uma base económica autónoma e estrategicamente orientada para o nosso futuro (DR)

Em síntese, é reconhecido por quem pensa a economia que é muito difícil mudar sistemas que alimentam realidades políticas e económicas poderosas, como hoje a China, o presente desafio ao futuro das sociedades ocidentais, com preços imbatíveis de produtos para todos. Assim como é um facto que Portugal (resultado da integração europeia e da perda de elites) não tem uma base económica autónoma e estrategicamente orientada para o nosso futuro.

Mas será essa a essência duma economia aberta, inovadora, com profissionais competentes e motivados para construir um país moderno, soberano, capaz de assumir a missão que lhe cabe na Europa livre e democrática, socialmente avançada e referência para a humanidade.

20-12-2025

*** Engenheiro, editor**

UM MUNDO NOVO

“VÊM AÍ OS RUSSOS, VÊM AÍ OS RUSSOS!”



Imagem do filme *The Russians Are Coming, the Russians Are Coming* (DR)

JOSÉ COSTA NEVES*

A guerra é um negócio lucrativo. Sempre foi. É, possivelmente, o mais antigo, certamente o mais rentável e, sem dúvida, o mais cruel.

(Major-general Smedley D. Butler (In *The War is a Racket*, 1935)

NOTA INTRODUTÓRIA

No final de 1970, assisti a uma excelente e divertida comédia americana realizada em 1966 pelo canadiano **Norman Frederick Jewison**, intitulada “Vêm aí os Russos, Vêm aí os Russos” (*The Russians Are Coming, the Russians Are Coming*). O argumento do filme, baseado no romance *The Off-Islanders*, de Nathaniel Benchley, gira à volta de uma incauta tripulação de um submarino russo que encalhou numa ilhota da costa americana (Massachusetts). Com a intenção de pedir auxílio à população local, um grupo de oito pacíficos marinheiros fardados resolveram deslocar-se a terra para pedir auxílio. Ao vê-los, a população convenceu-se de que os russos estavam ali para invadir os Estados Unidos da América e, de peripécia em peripécia, qual delas a mais divertida, quase provocaram uma terceira guerra mundial.

Nessa época, a sociedade americana, profundamente influenciada pelas teorias do senador J. McCarthy (*macartismo*), atravessava um negro período (finais da década de 40 até finais da década de 50) de repressão e perseguições políticas provocadas pelo medo de infiltrações de agentes e simpatizantes comunistas no país.

Actualmente transformado pelo mundo ocidental em sentimento russófobo, esse autêntico “pânico vermelho” influenciou as mentes mais desprevenidas e manipuláveis e desencadeou uma renovada onda de hostilidade contra um povo que, historicamente, tem dado provas de querer manter relações pacíficas e simbióticas com o mundo à sua volta e, especialmente, com a Europa a que também pertence.

Por isso, cremos que vale a pena alinhar algumas razões que, no nosso entender, estão na origem da secular e sistemática hostilidade do mundo ocidental contra os russos.

Russofobia ao longo dos tempos

Curiosamente, tudo parece ter começado quando o profeta Ezequiel (livro de Ezequiel, na parte do Antigo Testamento da Bíblia, capítulos 38 e 39) se refere à *derrota* e o *exterminio de Gog* quando, em tempos bíblicos, este tentou dominar o povo de Israel com as suas tropas oriundas das terras do Norte, e Javé (Jeová) prometeu punir pelo *fogo Magog e aqueles que [a habitavam]*. Por sua vez, o Novo Testamento, no Livro do Apocalipse, também refere *Gog e Magog* (20,7-10) a propósito de Satanás os ter convocado para a guerra final entre o bem e o mal. Tanto quanto sabemos, a Bíblia não explica quem era *Gog* (homem ou espírito), nem a localização exacta de *Magog*. Porém, alguns estudiosos da antiguidade clássica (por exemplo, Heródoto e Flávio Josefo) identificam-na com a antiga Cítia, extensa região da Eurásia, que actualmente inclui os territórios da Ucrânia e da Rússia.



A russofobia remonta a tempos bíblicos (DR)

Ainda durante o período anterior a Cristo (a.C.), o mundo assistiu à progressiva ascensão da civilização romana, primeiro como monarquia, depois como república e, finalmente, como império de vastos territórios espalhados pela Europa, África e Ásia. Porém, à semelhança de outros impérios, Roma começou a enfrentar vários tipos de dificuldades e ameaças internas e externas, tendo optado por se separar, no ano de 285 d.C, em dois territórios política, administrativa e religiosamente distintos, o Império Romano do Ocidente e o Império Romano do Oriente. Porém, as insanáveis rivalidades entre ambos acabaram por implicar, em 1054, a ruptura definitiva (Cisma) entre a Igreja Católica Apostólica Romana e a Igreja Apostólica Ortodoxa. Os católicos romanos culpabilizaram os ortodoxos pela separação e apressaram-se a desenvolver contra eles uma intensa campanha de acusações, em muitos casos falsas ou deturpadas. Os russos, que tinham optado pela fé e ritos ortodoxos, foram acusados pela igreja romana e pelo

ocidente em geral de serem um povo déspota e bárbaro, agravando dessa forma o atrás referido estigma bíblico lançado sobre o povo russo.

Mais tarde, no século XIII, o território russo foi invadido por exércitos mongóis liderados por Gengis Khan. Os invasores destruíram as suas cidades e exerceram toda a espécie de violências e atrocidades sobre o povo russo fragmentado e enfraquecido. A ocupação Tártara-Mongol da Rússia ultrapassou dois séculos, após o que o ocidente europeu começou a espalhar que os russos tinham herdado influências genéticas dos ocupantes mongóis não merecendo, por isso, a designação de povo europeu.

Em 1610, foi a vez das tropas polacas e lituanas invadirem território russo e ocuparem Moscovo, onde permaneceram até serem expulsas por uma força de cossacos em 1 de Setembro de 1612, data ainda hoje comemorada como *dia da unidade nacional*.

Por essa altura, o Império Sueco consolidara-se, representando uma séria ameaça para vários países do norte da Europa. Alguns deles, incluindo a Rússia, decidiram coligar-se e reagir pelas armas (Grande Guerra do Norte). Nessa época, a Rússia era governada pelo czar Pedro I, o Grande, que tinha ascendido ao poder em 1682 e, atendendo ao sucesso do seu desempenho, recebeu o título de imperador. Pedro I, graças à vitória que alcançou na guerra com os suecos, que durou de 1700 a 1721 e, sobretudo, ao sucesso das suas políticas de coesão, modernização e ocidentalização da Rússia, transformou-se progressiva e rapidamente numa grande potência europeia.

Este facto não passou despercebido ao rei de França, Luís XV (1715-1774), que passou a considerar a Rússia como uma séria ameaça ao seu poder e

interesses pessoais. Por isso, fortemente influenciado pelos polacos, decidiu mover-lhe uma intensa campanha de propaganda organizada pelos seus serviços de inteligência (Gabinete Negro), que receberam a missão de redigir e divulgar um falso testamento atribuído ao imperador Pedro I, que dizia ser um objectivo sagrado da Rússia conquistar todo o ocidente europeu. A mentira propagou-se de tal maneira que passou a ser utilizada, mesmo depois de desmascarada, como argumento justificativo para as futuras agressões bélicas do ocidente contra os russos, como foi o caso da invasão francesa em 1812, ou da invasão da Crimeia realizada por franceses e britânicos em 1854.

Por essa altura, a Rússia encontrava-se em guerra com o Japão (1904-1905), da qual saiu derrotada e economicamente fragilizada, facto que aumentou o descontentamento do povo em relação ao regime czarista. A situação agravou-se com a participação da Rússia ao lado dos aliados (Reino Unido, França e Estado Unidos) contra os impérios do centro da Europa (Alemão, Austro-Húngaro e Otomano) na Grande Guerra, iniciada em Julho de 1914. As pesadas perdas humanas e materiais provocadas pelo conflito agravaram a já abalada credibilidade do regime czarista. O descontentamento popular e as actividades revolucionárias cresceram exponencialmente dentro e fora do país e, em 2 de Março de 1917, o czar Nicolau II foi obrigado a abdicar a favor de um governo provisório com características republicanas e liberais.

Os alemães, atentos à instabilidade política crescente da sociedade russa, decidiram financiar as actividades revolucionárias dos movimentos internacionalistas. Nessa altura, Lenin e umas dezenas de companheiros exilados na Suíça preparavam o regresso à Rússia. Cerca de duas semanas antes, em 4 de Abril de 1917, um social-democrata suíço, Fritz Platten,

redigira um protocolo secreto, assinado em 7 de Abril seguinte por outro social-democrata, Paul Harnstein, de nacionalidade alemã, propondo a divisão da Rússia em vários Estados nacionais. A resposta não tardou e merece ser citada: *Os internacionalistas russos que, durante a guerra, não cessaram de lutar com todas as suas energias contra os imperialismos e, particularmente, contra o imperialismo alemão, não pretendem regressar à Rússia senão com o propósito de trabalharem pela revolução.*

Alguns meses mais tarde, o Governo Provisório foi derrubado pelo partido Bolchevique, que assumiu o poder em Novembro de 1917 (Revolução de Outubro no calendário russo). O poder emergente da revolução procurou estabelecer novos rumos ideológicos, políticos, económicos e sociais, que satisfizessem os anseios da generalidade do povo russo, maioritariamente constituído por operários e camponeses explorados pela nobreza czarista. Para se concentrar nos objectivos traçados, o novo poder russo estabeleceu como assuntos prioritários a pacificação da sociedade russa e o estabelecimento de relações amigáveis e duradouras com os países vizinhos.



Partido Bolchevique, liderado por Lenine, assumiu o poder na Rússia em Novembro de 1917 (DR)

Entretanto, constituiu-se a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), confirmada posteriormente por tratado assinado, em 3 de Dezembro de 1922, pela Rússia, Ucrânia, Bielorrússia e Transcaucásia, esta última correspondendo hoje ao território da Arménia, Geórgia e Azerbaijão. Mais tarde, a URSS celebrou com a Alemanha nazi, em 23 de Agosto de 1939, um pacto de não agressão e, no ano seguinte, para o reforçar, um acordo comercial.

No mesmo ano, começou a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Os objectivos imperialistas de Hitler incluíam a conquista da parte ocidental da URSS, a exploração dos seus recursos estratégicos e a radical eliminação do comunismo. Para os alcançar, os alemães não hesitaram em trair unilateralmente o tratado de paz celebrado com a URSS, invadindo-a em 22 de Junho de 1941 (Operação Barbarossa). O grau de violência exercido pelos nazis sobre o povo russo/soviético pelas tropas nazis durante a segunda

guerra ultrapassou todos os limites militares e humanamente aceitáveis. Os russos, etiquetados pelo regime racista e xenófobo como raça etnicamente inferior¹, estavam previamente condenados pelos nazis à deportação, escravidão e morte. Aos prisioneiros de guerra era-lhes vedada a aplicação da terceira Convenção de Genebra, ficando à completa mercê dos humores dos seus carcereiros, que os obrigavam a trabalhos forçados, assassinavam-nos ou simplesmente deixavam-nos morrer à fome.

Como se sabe, a URSS aderiu às forças aliadas em 1941, acabando por desempenhar um papel decisivo na derrota das forças do eixo, facto que o ocidente nunca reconheceu devidamente. Pelo contrário, ao sentimento russófilo foi acrescentado o argumento de que o comunismo representava uma forte ameaça para o sistema capitalista enraizado no mundo ocidental, pelo que se instalou entre as duas maiores potências vencedoras, EUA e URSS, um pesado e perigoso ambiente de “guerra fria”, no qual o Ocidente em geral passou a representar a civilização, a democracia e o cristianismo, e o Leste a barbárie, a autocracia e o ateísmo. Foi neste clima de alta tensão que foram criadas a OTAN (1949) e, em resposta, o Pacto de Varsóvia (1952)².

Como seria de esperar, as agências ocidentais de propaganda política intensificaram a propagação de velhos e novos mitos contra os russos, considerando-os asiáticos e não europeus e desmerecedores de confiança do

¹ À semelhança dos judeus, os eslavos e ciganos.

² Há quem diga que Josef Stalin, chefe do governo soviético, propôs em 1948 a entrada da Rússia para a OTAN, o que, quanto sabemos, não está documentado. O que é indesmentível é que o mesmo Stalin, em 1952, propôs a reunificação da Alemanha na condição de esta não ingressar na OTAN.

Ocidente. Ora, a realidade histórica prova exactamente o contrário. Ao longo da sua história, os russos foram sistematicamente vítimas de sucessivas invasões de outros povos do Leste (por exemplo, mongóis) e do Oeste (suecos, teutões, franceses, ingleses, alemães e polacos), todos atraídos pela sua privilegiada posição geoestratégica e pelos seus imensos recursos naturais. Excepções à regra, só aconteceram mais tarde, já no período soviético e apenas na sua área de influência e por razões de segurança e defesa do país, não havendo memória de alguma vez o terem feito ou tentado fazer para expandir os seus domínios para a Europa ocidental.

Da Guerra Fria à Invasão da Ucrânia

Em 1904, um geógrafo e político inglês, Halford John Makinder, publicou a sua célebre teoria sobre o “Heartland” (O Coração da Terra), que revolucionou o pensamento geopolítico e geoestratégico a nível global. Segundo ele, quem dominasse a região central da Eurásia, pertencente à Rússia, dominaria o mundo³. Esta teoria aguçou ainda mais o apetite do mundo ocidental para se apossar das enormes riquezas naturais da região, se necessário pela força, tanto mais que os impérios coloniais europeus começavam a dar sinais de declínio e, por isso, procuravam obter novos activos mais próximos de si.

A queda do muro de Berlim deu-se em 9 de Novembro de 1989 e, em 10 de Fevereiro de 1990, já com a “Guerra Fria” praticamente no fim, Helmut

³ H. Makinder publicou a sua teoria em 1904 sob o título “The Geographical Pivot of History”, no *The Geographical Journal*, Vol. 23, No. 4 (Apr., 1904), pp. 421-437.

Kool, chanceler da Alemanha, prometeu a Gorbachev que a reunificação da Alemanha não interferiria, nem com a segurança da Europa, nem com as futuras relações germano-soviéticas. Mais tarde, este compromisso foi reafirmado, em público e em privado, por Hans-Dietrich Guenscher, na altura Vice-Chanceler da Alemanha.

Em 16 de Julho de 1990, a URSS concedeu a independência à Ucrânia, com a seguinte condição: “*A República Socialista Soviética da Ucrânia declara solenemente a sua intenção de se tornar um Estado permanentemente neutro que não participa em blocos militares e adere a três princípios livres de armas militares: não aceitar, produzir e comprar armas nucleares*”⁴. Ora, é fácil compreender que esta cláusula constitucional associada à decisão de atribuir à Crimeia o estatuto de República Autónoma da Ucrânia, com Constituição, Governo e um regime jurídico especial, iria representar um sério obstáculo ao posterior desenvolvimento da estratégia dos Estados Unidos para a Eurásia.

Em 1992, Paul Wolfowitz, subsecretário de defesa dos EUA, preparou um plano de acção (*Defence Planning Guidance*) recomendando aos EUA que reagissem pela força das armas contra qualquer nação ou grupo de nações que se opusessem à concretização das suas políticas internacionais.

Praticamente na mesma altura, Zbigniew Brzezinski, académico e assessor de segurança de vários presidentes dos EUA, talvez influenciado pelas teorias de Makinder, concebeu uma geoestratégia para a Eurásia que propunha a expansão da OTAN até às fronteiras da Rússia, incluindo as da

⁴ “Declaration of State Sovereignty”, IX. *External and Internal Security of Ukraine*, 5º parágrafo.

Bielorrússia, Ucrânia e Geórgia, e a posterior divisão daquele país em três estados confederados, a Rússia europeia a ocidente, a Sibéria ao centro e o estado do Extremo Oriente na extremidade leste. Segundo ele, toda essa região, incluindo o Mar Negro, deveria ser dominada pelos EUA com o apoio militar da OTAN⁵.



Em 24 de Fevereiro, a Rússia invadiu a Ucrânia, dando início à “Operação Militar Especial” (DR)

Em 1993, os EUA, apesar de não existirem quaisquer indícios de que a URSS pudesse representar uma ameaça para a segurança e defesa da Europa e, muito menos, dos Estados Unidos, resolveram pressionar a OTAN no sentido

⁵ O estudo de Brzezinski, intitulado “Geostrategy For Eurásia”, foi publicado mais tarde pela revista do *Foreign Affairs* de September/October de 1997, volume 76 Number 5”.

de se expandir para leste, tal como proposto nas teorias expansionistas de Wolfowitz e Brzezinski. Porém, isso não impediu as duas grandes potências nucleares de assinarem com a Ucrânia, em 5 de Dezembro de 1994, o Memorando de Budapeste a permitir que os arsenais nucleares instalados pela URSS na Bielorrússia, Cazaquistão e Ucrânia, fossem devolvidos à Rússia, aliás, sua legal e legítima proprietária.

Merece ser realçado o facto de Bill Clinton, em 1994, ter questionado os seus conselheiros sobre se os EUA deviam ou não ter em consideração *as preocupações de segurança reais e legítimas da Rússia sobre a expansão da OTAN*⁶. Não conhecemos a resposta que lhe foi dada, mas os acontecimentos posteriores falam por si e apontam para que tivesse sido negativa. Por isso, é fácil concluir que o processo político-militar que conduziu posteriormente à guerra da Ucrânia não foi obra do acaso ou do “diabólico” Putin. Por muito que custe à maioria dos comentadores ocidentais, ela deveu-se, sobretudo, à aplicação das políticas expansionistas e imperialistas dos Estados Unidos acolitados pelo seu instrumento bélico privilegiado, a prestimosa OTAN.

As primeiras intervenções militares da OTAN na Europa iniciaram-se na Bósnia e duraram de 1992 a 1995. No entanto, apesar desta organização ter sido criada exclusivamente para fins defensivos, resolveu iniciar, à margem da lei, o ataque à Jugoslávia, país não alinhado que acabou por ser dissolvido e dividido em seis novos países (Eslovénia, Croácia, Bósnia e Herzegovina, Montenegro, Sérvia e Macedónia). Sob o lema dividir para reinar, foi assim

⁶ Memorando de Nick Burnes para Strobe Talbot sobre a carta de Clinton a Yeltsin sobre “Budapeste e Outros Itens”, de 6 de Dezembro de 1994.

dado o primeiro grande passo para o alargamento da OTAN para norte e leste da Europa, em direcção à Rússia.

Em 28 de Maio de 1997, a Rússia e a Ucrânia resolveram celebrar o Pacto de Partição da Frota do Mar Negro, que atribuiu à Rússia 81,7% da frota, ficando a Ucrânia com os restantes 18,3%. Além disso, a Rússia assumiria a responsabilidade pela manutenção das instalações da base militar da península da Crimeia, servida pelo importante porto e base militar russa de Sebastopol, sendo para isso autorizada a dispor localmente de uma guarnição permanente até ao limite de 25.000 militares. Convém lembrar que a Crimeia, em referendo realizado em Janeiro de 1991, manteve o seu estatuto de República Autónoma Soviética Socialista, que foi posteriormente ratificado pelo parlamento ucraniano e se mantém até aos dias de hoje⁷.

Entretanto, a expansão da OTAN continuava com a admissão da Chéquia, Hungria e Polónia em 1999, e da Bulgária, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Letónia e Roménia em 2004. A Rússia, ainda que preocupada com a evolução da situação, manteve-se dialogante. Porém, a situação agravou-se quando a Cimeira de Bucareste da OTAN, reunida de 2 a 4 de Abril de 2008, incluiu na sua agenda de trabalhos a adesão da Croácia, Albânia e Macedónia e a promessa de posterior adesão da Ucrânia e da Geórgia, apertando ainda mais o cerco da organização à Rússia.

⁷ Já antes, em 1954, o Soviète Supremo da URSS decidiu que a Crimeia, que pertencia administrativamente à República Socialista Federativa Soviética da Rússia (RSFSR), passava a pertencer à República Socialista Soviética da Ucrânia.

A este propósito, a insuspeita Angela Merkel admitiu mais tarde, no seu livro de memórias “Liberdade” (2024), que vários países europeus tinham discordado da proposta, por entenderem que tal decisão poderia provocar uma séria crise militar na Europa, quiçá uma guerra com a Rússia. Porém, após forte insistência do próprio presidente dos EUA, George W. Bush, os representantes europeus mais renitentes, incluindo ela própria, acabaram por aprová-la.

Nessa altura, os EUA, aproveitando-se do descontentamento de parte da população relativamente aos resultados eleitorais de 2012, decidiram que era chegado o momento de provocar uma “revolução colorida” na Ucrânia. Porém, em 21 de Fevereiro de 2014, os ministros das relações exteriores da Alemanha, França e Polónia, preocupados com a agitação interna no país, resolveram celebrar um acordo com o presidente da Ucrânia, Viktor Ianukovytych, a antecipar as eleições legislativas ucranianas para finais desse mesmo ano. Apesar disso, os EUA, com total desprezo pelo espírito e letra do acordo, decidiram avançar com o golpe de Maidan, prévia e meticulosamente organizado pela CIA⁸. O presidente da Ucrânia, Viktor Ianukovytych e o seu governo foram derrubados e, obviamente, o presidente Obama dos EUA apressou-se a reconhecer o novo governo revolucionário perante o lamentável silêncio dos europeus.

Processo semelhante foi tentado na Bielorrússia após as eleições presidenciais de 2020. Porém, neste caso, os opositores do presidente Lukashenko falharam os seus desígnios e, por isso, o cerco à Rússia ficou

⁸ Segundo notícia do *New York Times* depois do golpe de Maidan.

por completar. A habitual mudança de regime não se concretizou e os EUA/União Europeia tiveram de se contentar com a imposição de sanções.

Após a realização de novas eleições legislativas, os dois *oblasts* ucranianos da região do Donbass russófona e de maioria russa (Donetsk e Lugansk), não aceitaram de bom grado a autoridade do novo poder revolucionário de Kiev e declararam a independência em Maio de 2014. O governo revolucionário reagiu violentamente contra os separatistas usando a força das armas, que rapidamente se transformou numa violenta guerra civil. A Rússia, não reconheceu as independências por considerar que, por razões estratégicas, que o Donbass deveria permanecer ucraniano. Por isso, empenhou-se em encontrar uma solução pacífica para o conflito, participando designadamente, em 2015, nas negociações dos acordos de Minsk 1 e 2, que visavam basicamente promover a paz, assegurar o respeito pelo estatuto autonómico da região do Donbass e a liberdade da prática da língua, cultura e religião russas. Sobre o assunto, Angela Merkel confessou no seu já citado livro de memórias que os *Acordos de Minsk* não passaram de meros expedientes com o objectivo de a Ucrânia preparar-se melhor para continuar a guerra contra a Rússia.

Como seria natural, os acordos de Minsk falharam e só então, em 21 de Fevereiro de 2022, a Rússia reconheceu formalmente as autoproclamadas repúblicas do Donbass. Três dias depois, em 24 de Fevereiro, invadiu a Ucrânia, dando início à “Operação Militar Especial”.

Porém, apenas quatro dias depois, ucranianos e russos encetaram negociações para pôr fim à guerra. A Bielorrússia acolheu vários encontros entre as duas delegações e, em 29 de Março do mesmo ano, em Istambul, foi

emitido um comunicado que confirmava que ambos os países estavam preparados para chegar à paz. Foi então que o primeiro-ministro britânico Boris Johnson, e o secretário de Defesa dos EUA, Lloyd Austin, apressaram-se a visitar a Ucrânia para pressionar Vladimir Zelensky no sentido de desistir do processo de paz e apostar na escalada do conflito com a Rússia⁹.

Escusado será dizer que o prolongamento do conflito, para além de muitas outras importantes vantagens económicas para os países ocidentais, iria encher também os cofres da indústria militar dos Estados Unidos, confirmando a citada afirmação do Major-General Butler: *a guerra é, possivelmente, o negócio mais antigo e lucrativo e, certamente, o mais cruel.*



O conflito na Ucrânia enche os cofres da indústria militar dos Estados Unidos (DR)

⁹ Segundo a *Revista Foreign Affairs* (EUA).

Epílogo

A *russofobia* é um medo do domínio psicossocial, irracional e persistente, cuja origem remonta aos tempos bíblicos. Criada artificialmente por certos poderes ao longo dos séculos, a *russofobia* tem sido utilizada pelo mundo ocidental para alcançar vantagens políticas, militares, económicas e comunicacionais contra o povo e interesses russos.

Neste curto trabalho, procurámos enunciar resumidamente alguns factos históricos relevantes que têm servido de propaganda na guerra por procuração promovida pela dupla EUA/OTAN na Ucrânia, lamentável e sangrento conflito bélico que talvez nunca tivesse acontecido se a Ucrânia tivesse honrado o estatuto constitucional de neutralidade e de não participação em blocos militares, e se os EUA não tivessem insistido na aplicação do plano geoestratégico de Brzezinski para a Eurásia e consequente expansão da OTAN para o nordeste europeu.

No entanto, a gota que fez transbordar o copo só tombou quando a OTAN aprovou, na cimeira de Bucareste, as futuras admissões da Ucrânia e Geórgia na organização, decisão que foi considerada pela Rússia como uma autêntica ameaça existencial à sua soberania e independência. Apesar disso, optou por recorrer sistematicamente à via do diálogo, da diplomacia e do direito internacional para evitar o agravamento da situação.

Porém, confrontada com os constantes incumprimentos do Ocidente relativamente às negociações em curso, entendeu que a única solução de que dispunha para defender o estatuto autonómico da região do Donbass e o respeito pela língua, cultura e práticas religiosas russas na Ucrânia, era

intervir militarmente na guerra civil ucraniana que a revolução de Maidan provocara.

Hoje encontra-se suficientemente documentado o facto de o Ocidente nunca ter estado interessado em pôr fim à guerra russo-ucraniana por acreditar que o prolongamento da Operação Militar Especial enfraqueceria a Rússia, tornando-a dessa forma uma presa mais fácil de dominar. No entanto, os seus estratégias cometeram múltiplos e graves erros que acabariam por comprometer a consumação desse desígnio. Um deles, foi ter acreditado que a Rússia privilegiaria a sua vocação europeia e não, como de facto aconteceu, a sua vocação asiática de aproximação aos países do “Sul Global”, designadamente à China e ao Irão. O outro foi ter desprezado os ensinamentos da história russa, que aconselhavam a não sobrestimar o impacto dos velhos, estafados e falsos argumentos russofóbicos e, ao mesmo tempo, a não subestimar o comprovado espírito de iniciativa, unidade, resistência e sacrifício do povo russo sempre que era confrontado com a cobiça e os ataques dos seus inimigos.

Assim, aquilo que o Ocidente acreditava vir a ser uma rápida e fácil derrota da Rússia, passou a ser uma mortífera e prolongada guerra que dura há mais de quatro anos e está a revelar-se um autêntico desastre humanitário, sobretudo para os ucranianos, um assinalável contributo para o declínio do império dos EUA e para a ruína económica e social da Europa ocidental e, ainda, para o início duma histórica recessão económica generalizada e, provavelmente, de uma catástrofe nuclear.

Estranhamente, a União Europeia, apesar de forçada pelos EUA a afastar-se das vantagens da energia barata e do anterior bom relacionamento com a

Rússia, passou a olhá-la de novo com atávica e injustificada desconfiança, ao mesmo tempo que acreditava que o seu principal aliado e patrono partilhava com ela os mesmos interesses estratégicos e preocupações de segurança quando, na verdade, apenas pretendia afastá-la da Rússia para evitar que, em conjunto, se transformassem num grande polo mundial de desenvolvimento que ensombrasse o seu poder hegemónico e imperialista.

Entendemos, por isso, que é urgente que a Europa se liberte de uma vez por todas da tutela egoísta e decadente dos EUA, cada vez mais violentos, imprevisíveis e inconfiáveis, apenas interessados em defender o bem-estar e as liberdades democráticas dos outros povos em situações meramente conjunturais e que representam claras vantagens e benefícios para as suas próprias políticas estatais. Ou, melhor dizendo, para os interesses multimilionários dos que efectivamente as lideram.

É chegado o momento de a Europa se convencer de uma vez por todas que, no mundo multipolar actualmente em franco progresso, o belicismo, a *russofobia*, a *sinofobia*, a *iranofobia* e quaisquer outras fobias do mesmo tipo, deixaram de fazer qualquer sentido para os que defendem um futuro mais justo, pacífico e harmonioso para a sociedade humana em geral.

*** Capitão de Abril, sócio da A25A**

UM MUNDO NOVO

UMA REVOLUÇÃO PACÍFICA NÃO TEM DE ORIGINAR UMA DEMOCRACIA SILENCIOSA (II PARTE)

PEDRO MORENO DA FONSECA*

Publicação do texto

O texto de Pedro Moreno da Fonseca, intitulado *Uma revolução pacífica não tem de originar uma democracia silenciosa*, foi publicado em duas partes nos números 160–161 e 162 de *O Referencial*.

Referências bibliográficas

O original incluía uma extensa lista de referências bibliográficas, que não foi reproduzida nas edições em papel por limitações gráficas. Considerando a sua utilidade para os leitores — sobretudo para quem pretenda aprofundar o tema —, publicamo-la neste Suplemento on-line. Pedimos ao autor e aos leitores a máxima compreensão.

Referências:

1. **Pordata/FFMS – “50 anos de Democracia em números” (analfabetismo 1970: 25,6%; 2021: 3,1%)**
https://ffms.pt/sites/default/files/2024-04/2024%2004_17_PR_5%20DD_vf.pdf
2. **UNESCO/UIS– Taxa de literacia de adultos (15+)**
<https://tradingeconomics.com/portugal/literacy-rate-adult-total-percent-of-people-ages-15-and-above-wb-data.html>
https://www.theglobaleconomy.com/Portugal/Literacy_rate/
3. **OCDE – Education at a Glance 2023**
https://gpseducation.oecd.org/Content/EAGCountryNotes/EAG2023_CN_PRT.pdf.pdf

4. **OCDE – Education at a Glance 2025**

<https://gpseducation.oecd.org/CountryProfile?primaryCountry=PRT&topic=EO&treshold=10>

https://www.oecd.org/en/publications/education-at-a-glance-2025_1a3543e2-en/portugal_4692d9a6-en.html

5. **Eurobarómetro 2023 (via Pordata)**

<https://visao.pt/atualidade/politica/2024-03-04-os-graficos-que-revelam-como-os-portugueses-lidam-com-o-sistema-politico/>

<https://rr.pt/noticia/politica/2024/03/04/pordata-mais-de-60-dos-portugueses-nao-confia-na-assembleia-da-republica/369314/>

6. **OCDE – Trust Survey (2ª vaga, 2023)**

https://www.oecd.org/en/publications/oecd-survey-on-drivers-of-trust-in-public-institutions-2024-results-country-notes_a8004759-en/portugal_16e9df45-en.html

7. **European Values Study (EVS)**

https://www.researchgate.net/profile/Pedro-Magalhaes-15/publication/360931956_The_Values_of_the_Portuguese_Results_of_the_European_Values_Study/links/6293965f88c32b037b5bab60/The-Values-of-the-Portuguese-Results-of-the-European-Values-Study.pdf
<https://europeanvaluesstudy.eu/>

8. **Lei n.º 3/79, de 10 de Janeiro**

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/3-1979-476695>

9. **Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro**

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/46-1986-222418>

10. **Programa Novas Oportunidades (referência programática: 12.º ano como mínimo; expansão RVCC e Cursos EFA)**

https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/3134/4/ulfp037598_tm_anexo7_In

O REFERENCIAL

SUPLEMENTO ONLINE - Edição n.º 162: Julho-Setembro 2026

[strumentos%20e%20Marcas%20de%20Refer%C3%Aancia%20-%20Programa%20Novas%20Oportunidades.pdf](#)
https://www.cnedu.pt/content/antigo/files/pub/EE2011/EE2011_411.pdf

11. Decreto-Lei n.º 7/2001

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/7-2001-338987>

12. Decreto-Lei n.º 55/2018

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/55-2018-115652962>

13. ENEC – Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2025; referencial da componente CD)

https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/enec_2025.pdf
<https://diariodarepublica.pt/dr/analise-juridica/resolucao-conselho-ministros/127-2025-933648883>

14. IGEC – Avaliação Externa das Escolas (Relatório 2022/23–2023/24)

https://www.igec.mec.pt/upload/Relatorios/AEE_22-23_23-24.pdf

15. OCDE – TALIS 2018

https://www.oecd.org/en/publications/talis-2018-results-volume-i_1d0bc92a-en.html
https://www.oecd.org/en/publications/talis-2018-results-volume-ii_19cf08df-en.html

16. Reuters Institute – Digital News Report 2024

<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2024>
<https://www.rte.ie/documents/news/2024/06/report2024.pdf>
<https://combatefakenews.lusa.pt/relatorio-reuters-mais-de-80-dos-portugueses-ve-videos-online-de-noticias/>

17. UNESCO – Survey sobre criadores/influenciadores

<https://www.unesco.org/en/articles/2/3-digital-content-creators-do-not-check-their-facts-sharing-want-learn-how-do-so-unesco-survey>

18. Bento de Jesus Caraça – Biblioteca Cosmos

<https://adfar.dglab.gov.pt/extensao-cultural/exposicoes/biblioteca-cosmos/>

19. Bento de Jesus Caraça – Universidade Popular Portuguesa

<https://webpages.ciencias.ulisboa.pt/~ommartins/seminario/bento%20caraca/universidade.htm>

20. UNESCO – “Learning to be” (Faure, 1972)

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000223222>

21. UE (Conselho) – Recomendação sobre micro-credenciais (2022/C 243/02)

https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=oj%3AJOC_2022_243_R_0002

22. Comissão Europeia – ESCO

<https://esco.ec.europa.eu/system/files/2021-07/Handbook.pdf>
https://ehea.info/media.ehea.info/file/ESCO/56/4/en_ESCO_Booklet_612564.pdf

23. UNESCO – Guidance for Generative AI in education and research

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000386693>

24. UNESCO – Whole School Approach

https://openlearning.unesco.org/assets/courseware/v1/1554885be57ff8c7ed500abe187e6eca/asset-v1%3AUNESCO%2BUNESCO-04%2B2021_01%2Btype%40asset%2Bblock/Whole_school_approach.pdf

* O Autor é especialista em Aprendizagem ao Longo da Vida, Organização Internacional do Trabalho (OIT), Genebra

O REFERENCIAL

SUPLEMENTO ONLINE - Edição n.º 162: Julho-Setembro 2026



Propriedade da Associação 25 de Abril – Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração 104/2002, DR II Série, n.º 9 de 18 de Abril)·Membro Honorário da Ordem da Liberdade | Presidente da direcção: Vasco Lourenço | Director: Aniceto Afonso | Editor: Licínio Lima | Colaborador editorial: José Armando Lopes | Coordenadores principais: Adelino Rodrigues da Costa, Lídia Praça | Coordenadores: Alexandre Manuel, Armando José Garcia Pires, Carlos Branco, Fátima Lopes Cardoso, Jorge Golias, José Fanha, Rodrigo de Sousa e Castro | Conselho Editorial: Adelino Rodrigues da Costa, Alexandre Manuel, Armando José Garcia Pires, Carlos Branco, Fátima Lopes Cardoso, João Bosco Mota Amaral, João Ferreira do Amaral, Lídia Praça, Maria Inácia Rezola, Vasco Lourenço, Viriato Soromenho Marques | Fotografia: Agência Lusa | Sede nacional, administração e redacção: Rua da Misericórdia, 95 - 1200-271 LISBOA - Telefone: 213 241 420 - Endereço electrónico: referencial@a25abril.pt | <https://a25abril.pt/> | <https://guerracolonial.pt> | delegação do Norte: Escadas do Barredo, 120, r/c, esq. - 4050-092

PORTO - Telefone: 222031197 e 917583975 - Endereço electrónico: anterors@netcabo.pt ou delnorte@a25abril.pt | delegação do Alentejo: Bairro da Esperança, Edifício 2 – Bloco 3, loja R/C, 7560-145 GRÂNDOLA | Canadá: Associação Cultural 25 de Abril (Toronto) – Núcleo Capitão Salgueiro Maia - 1117 Queen Street West Toronto, Ontario M6J 3P4 Canadá info@ac25abril.ca | Fotos: Direitos Reservados | Edição gráfica: atelier VCARDOSO, Design & Edições Av. Infante Santo, 61 - 4.º Esq. - 1350-177 Lisboa | Impressão e acabamento: NORPRINT.

Nos termos da Lei, o conteúdo dos textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, sendo a edição e a paginação, que inclui a escolha de fotografias e de infografias, da responsabilidade d'O Referencial.